



[Handwritten signature]

Reunião ordinária – Ata n.º 20/2015

Data 2015-09-28

Início 14.40 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.45 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:

BALANCETE

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:

N.º 01 – PRIMEIRA CIMEIRA LUSO-ESPANHOLA DAS REDES DE JUDIARIAS
(59/PPRC/PR/2015)

N.º 02 – VENDA AMBULANTE - DESPACHO N.º 31/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE
2015 (61/PPRC/PR/2015)

PROPOSTAS:

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:

N.º 03 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO
MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO
(60/PPRC/PR/2015)

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:

N.º 04 – INFORMAÇÃO PÚBLICA DO CONTEÚDO DAS REUNIÕES (675/AGEN/DAJA/2015
- 48/DIVER/DAAOA/2013)

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:



J. M.

- N.º 05 - FEIRA DE SANTA IRIA 2015 - TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO**
(67/PGEN/GELS/2015 - 9/DIVER/GELS/2014)-----
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----
- N.º 06 - PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS - tarifário** (233/PGEN/DOM/2015 -
1/PQEST/DOM/2013)-----
- N.º 07 - TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR - isenção de tarifas**
(240/PGEN/DOM/2015 - 2/TRANSP/DOM/2013)-----
- N.º 08 - CEDÊNCIA DE CALÇADA À JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA**
(2736/ENTE/DAJA/2015 - 7/JUNFRE/PR/2013)-----
- N.º 09 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA
DE SÃO PEDRO DE TOMAR** (4221/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 10 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA
DE SABACHEIRA** (4124/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 11 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA
DE SABACHEIRA** (4484/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 12 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E
BESELGA** (3928/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 13 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS**
(6841/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 14 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS AO CIRE**
(3003/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----
- N.º 15 - CEDÊNCIA DE GRADES AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO DE SANTA
MARIA** (1516/ENTE/DAJA/2015 - 14/DIVER/DOM/2014)-----
- N.º 16 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS**
(5819/ENTE/DAJA/2015 - 46/ENTEXT/PR/2014)-----
- N.º 17 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E COMBUSTÍVEL AO SPORT CLUB OPERÁRIO
DE CEM SOLDOS** (234/PGEN/DOM/2015)-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 18 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO E PRESTAÇÃO DE
CAUÇÃO - PROCESSO N.º 518/2004 - Chavidomus - Sociedade de Edificações, Lda**
(179/JUEL/DGT/2015 - 163/EDIF/DOGT/2013)-----
- N.º 19 - PARECER DE COMPROPRIEDADE - João Augusto Carvalho** (12/EPAR/DGT/2015
- 554/EDIF/DGT/2015)-----



[Handwritten signature]

- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 20 – CEDÊNCIA GRATUITA DO CINETEATRO PARAÍSO (4229/ENTE/DAJA/2015 - 7/ESPEQ/DTC/2014)-----**
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 21 – 5ª EDIÇÃO DO FESTIVAL VENS OUVIR OU VENS CURTIR – APOIO DOS BOMBEIROS (6775/ENTE/DAJA/2015)-----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 22 – PARECERES DE COMPROPIEDADE – HOMOLOGAÇÃO DO PARECER JURÍDICO 121/2015, DE 21 DE AGOSTO (190/PGEN/DAJA/2015)-----**
- UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**
- N.º 23 – ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR – ANO LETIVO 2015/2016 (7/PPRC/UISE/2015) -----**
- N.º 24 – CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO APOIADO – Lista ordenada definitiva (5/PPRC/UISE/2015 - 1/HABSOC/DEAS/2013)-----**
- N.º 25 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A ALUNOS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – Ensino Secundário – Subsídio de Transporte – 2ª fase (10/ESPP/UISE/2015 - 3/DIVER/DEAS/2013) -----**
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**
- N.º 26 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DO COMPLEXO DESPORTIVO (SALA DE FORMAÇÃO E TANQUE 1) – Associação de Natação do Distrito de Santarém (6209/ENTE/DAJA/2015 - 6/CEDESP/UDJ/2014) -----**
- N.º 27 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DOS COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPORTIVO – Federação Nacional de Squash (6285/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2015) -----**
- N.º 28 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Club de Tomar (6579/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- N.º 29 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Club de Tomar (6581/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- EXPEDIENTE:-----**
- N.º 30 – PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Associação de Pais do Jardim de Infância de Tomar (6335/ENTE/DAJA/2015 - 23/DIVER/PR/2013)-----**



Sendo catorze horas e quarenta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente começou por informar que, no decorrer desta reunião irá entrar uma turma do décimo primeiro ano do Agrupamento de Escolas templários, que solicitou autorização para assistir à reunião no âmbito do tema democracia e poder autárquico. De seguida, informou que os SMAS apresentaram uma candidatura ao Portugal 2020, no valor de duzentos e oitenta e nove mil euros, para implementação de um sistema de gestão de processos e de projetos de obras, vistorias e ramais, em SIG, para toda a rede de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, e ainda para envio de SMS aos clientes, com alertas ou informações. Deu conhecimento de que, de dezanove a vinte e um de outubro, se desloca a Israel, a convite da respetiva Embaixada, para participar em cimeira internacional que conta com a participação de presidentes de câmara de todo o mundo – é a única de Portugal – sobre o tema das Smart Cities, onde apresentará o projeto Smarter Fest, elaborado em conjunto com o CENIT/IBM e o IPT, a quem solicitou apoio para preparar a apresentação que fará em Telavive. Por último, deu conhecimento dos projetos que estão consensualizados para Tomar no âmbito da contratualização com a CCDR Centro em matéria de Intervenção Territorial Integrada: construção do centro escolar da Linhaceira, com oitocentos e cinquenta mil euros, a que acresce a componente nacional que será assumida pelo Município de Tomar; eficiência energética no centro escolar de São Pedro e no jardim de infância Templários, com vinte mil euros e vinte e dois mil e oitocentos euros, respetivamente; eficiência energética nas piscinas municipais, com duzentos mil euros. Referiu que a ITI tem um eixo só para eficiência energética, subdividido em iluminação pública e eficiência energética em edifícios públicos sendo que, neste último caso, a CCDR só contratualizou projetos em piscinas municipais. Os problemas nestas escolas foram considerados através do eixo das infraestruturas escolares, daí a intervenção ser menor. Disse que, em termos de iluminação pública as verbas disponíveis para contratualização são manifestamente insuficientes para que se possa pensar o concelho em termos globais. Tomar tem contratualizados duzentos e cinquenta mil euros, o que não chega sequer para uma freguesia. Deu conhecimento de que Ourém, por exemplo, contratualizou com uma empresa a remodelação de toda a rede de iluminação pública do concelho e disse que, a exemplo de outros municípios, atendendo a que através do Portugal 2020 dificilmente se consegue alguma eficiência no concelho, estão a auscultar empresas para ver se tal é positivo ou negativo, para perceber a que é que o Município fica amarrado se



contratualizar com essas empresas. Informou que estão ainda contratualizados um conjunto de projetos imateriais de âmbito intermunicipal: treze unidades móveis de saúde, uma das quais para Tomar; a elaboração de planos de desenvolvimento educativo que abrangem a área do Médio Tejo, para que haja uma efetiva integração entre os planos municipais dos municípios do Médio Tejo, como sejam iniciativas no apoio à comunidade ao nível do pré-escolar, apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, programa regional de empreendedorismo nas escolas, orientação vocacional e qualificação profissional, e um plano integrado de combate ao insucesso e ao abandono escolar. Para além destes, Tomar tem ainda contratualizadas três rúbricas que dependem, depois, de negociações com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e com a Direção-Geral do Património Cultural: intervenção na antiga Sinagoga, tutelada pela DGTF, para a qual foi conseguido financiamento no âmbito do EEA Grants, mas em montante manifestamente inferior ao que pretendem fazer; reabilitação da Capela de São Lourenço e Padrão D. João I, também sob a alçada da DGTF; e uma intervenção no Aqueduto dos Pegões, sob a tutela da DGTF. No que se refere ao Aqueduto dos Pegões, disse que estamos disponíveis para, em conjunto, ali intervir e que a DGPC terá que informar que intervenção é urgente. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu que foi aprovada uma moção na Assembleia Municipal no sentido de ser constituída uma comissão para a temática do Aqueduto dos Pegões e que as decisões agora comunicadas deviam ser comunicadas e articuladas com aquela comissão logo que esteja constituída. Referiu-se ao concurso de mobilidade a decorrer até trinta do corrente mês, que envolve várias questões, algumas já abordadas pelos vereadores Pedro Marques e António Jorge, e alertou nomeadamente para a questão da consolidação automática ao fim de seis meses pois parece-lhe que viola ou poderá violar algumas regras do Orçamento do Estado. Disse que a mobilidade serve para colmatar necessidade de recrutamento de pessoas já com vínculo na pessoa coletiva Estado, para fazer face a eventual acréscimo de trabalho. Perguntou se já há candidaturas e, para acabar com a especulação que ouviu lá fora, se o Chefe de Gabinete concorreu ou não a este concurso de mobilidade. -----

A Sra. Presidente disse que partilhou agora com a Câmara as informações sobre o Aqueduto dos Pegões e falou com o Presidente da Assembleia, que sabe vai marcar uma reunião da Comissão de Defesa do Aqueduto dos Pegões onde vai pedir para estar presente e poder comunicar esta situação. No que se refere ao procedimento para mobilidade, informou que reuniu com uma senhora, trabalhadora da DRARO, licenciada em gestão turística e cultural, interessada numa das mobilidades publicitadas, e teve agendada uma reunião com um



trabalhador da Câmara Municipal do Entroncamento que não chegou a concretizar-se por impedimento do próprio. Informou que, neste momento, não sabe dizer quantas pessoas se candidataram e para que áreas. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro insistiu em saber se é do conhecimento da Sra. Presidente se o seu Chefe de Gabinete concorreu dando como certo que, hoje, a Sra. Presidente não tem conhecimento desse facto. -----

De seguida, apresentou o seguinte requerimento: "Considerando que a autarquia tem levado a efeito uma política que tem colocada alguns dos seus colaboradores na prateleira, nomeadamente com os casos dos ex-dirigentes Rui Monteiro, Luís Boavida, Dília Gomes e Carlos Constantino, bem como de outros trabalhadores que foram "desterrados" dos postos de trabalho onde desenvolviam as suas funções; -----

Considerando que a promoção de pessoal levada a efeito tem descurando as reais necessidades de trabalhadores essenciais para o desenvolvimento empenhado das atribuições e competências do município e conseqüentemente com prejuízo para a situação económico/financeira da autarquia, quer em termos imediatos e mesmo a médio e longo prazo; -----

Considerando que esta atuação e prática política não respeita os mais elementares princípios de um estado de direito, com violação permanente do princípio da legalidade, entre outros; ---

Considerando que o Orçamento de Estado em vigor introduziu a regra de proibição de aumento da despesa de pessoal em 2015, com a exceção para os municípios que em 2014 tenham uma despesa com pessoal e aquisição de serviços a pessoas singulares inferior a 35% da média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios, sendo aqui possível aumentar o montante correspondente a 20% da margem disponível; -----

Considerando ainda que o incumprimento desta regra dá lugar a uma redução das transferências do Estado, incluindo a participação no IRS, no montante equivalente ao excesso face ao limite, até a um máximo de 20% do montante total das transferências, o que põe em causa a já degradada situação financeira da autarquia; -----

Considerando por último o aviso publicado no Jornal Público, no dia 15 do mês de agosto último, que consiste no recrutamento de doze trabalhadores, de entre estes mais quatro técnicos superiores, através da figura jurídica de mobilidade interna e que o despacho que dá origem a este recrutamento determina que as mobilidades se consolidem automaticamente após seis meses do seu início, passando os trabalhadores para o mapa de pessoal da autarquia



[Handwritten signature]

de forma definitiva, sem que os órgãos Executivo e Deliberativo do município tenham conhecimento; -----

Nestes termos, -----

Vêm os vereadores do PSD solicitar esclarecimento à Senhora Presidente sobre a matéria abaixo enunciada, a fim de informar e apresentar a respetiva documentação: -----

1. Qual a receita média corrente líquida cobrada nos últimos três anos pela autarquia, bem como a percentagem de despesa com pessoal e aquisição de serviços em 2014 relativamente a essa receita média. -----

2. Quantos trabalhadores que não fazem parte do mapa de pessoal da autarquia e que desempenham funções através da figura jurídica de mobilidade interna, o tipo de modalidade da mobilidade, em que serviço desempenham funções, a sua formação escolar ou académica, o seu horário de trabalho, quantas horas trabalham efetivamente por semana e como se constata a respetiva assiduidade. -----

3. Quantos trabalhadores fazem parte do mapa de pessoal da autarquia e que se encontram em regime de mobilidade interna, em que serviços desempenham funções, o tipo de modalidade da mobilidade, a categoria de origem, a que categoria corresponde as funções que desempenham e a formação escolar ou académica ou profissional. -----

4. O ingresso na carreira de bombeiro municipal depende de formação específica reconhecida pelo CEFA. A mobilidade inter carreiras ou categorias depende da titularidade de habilitação adequada, assim, caso haja trabalhadores a desempenhar funções em regime de mobilidade interna como bombeiro municipal, cópia dessa certificação. -----

5. A mobilidade interna só é possível quando a "conveniência para o interesse público, designadamente quanto a economia, eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham" e carece, por isso, de ser "sempre devidamente fundamentada". Qual a fundamentação objetiva, assente no interesse público, para a concretização das mobilidades existentes na autarquia e o porquê destes trabalhadores e não de outros." -----

Continuando, o **Sr. Vereador João Tenreiro** disse que ficam a aguardar a resposta no prazo legal de vinte dias, a qual será certamente prestada, contrariamente a outros pedidos que, passado mais de um ano, ainda não foram respondidos. Esperam que esta situação, que tantos comentários tem suscitado lá fora, seja esclarecida pois, por uma questão de transparência, será benéfico que tal aconteça, até para a Sra. Presidente, para que não se levantem as suspeitas, que vão ouvindo cada vez mais, de que este concurso está preparado para o seu Chefe de Gabinete e que é este quem manda na Câmara Municipal. Reforçou que o



J. M.

esclarecimento definitivo deste assunto é bom para a Sra. Presidente e para o próprio Executivo Municipal, pelo que o requerimento apresentado não deve ser visto como uma afronta, que não é, mas como uma tentativa de esclarecimento e de dar maior visibilidade e transparência ao que se passa na Câmara Municipal. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques começou por dizer que a apresentação de um requerimento a solicitar esclarecimentos nunca será uma afronta pois em democracia, é assim que as coisas devem ser tratadas. Disse que, neste caso particular, se trata de frontalidade e que afronta e vergonha será se efetivamente se verificar e concretizar a mobilidade do Chefe de Gabinete. Disse que, se tal se verificar vai de encontro ao que, há muitos anos, tem aqui dito muitas vezes quanto aos poderes porventura demasiados que têm delegado no presidente da Câmara Municipal, exercidos sem passar pelo órgão executivo e que muitas vezes não são escrutinados na devida altura. Relativamente às informações prestadas pela Sra. Presidente, disse que gostava de receber a informação por escrito, o mais detalhada possível, porque tomou nota de algumas situações mas não fixou tudo. Perguntou se chegou a ser considerada a contratualização das obras necessárias para reabilitar o edifício do Palácio Alvim, um edifício que importaria recuperar e daria muito jeito para algumas finalidades, face à carência de espaços. Deu conta de que o pego de Santa Iria não foi pintado no decorrer das obras realizadas na Capela de Santa Iria e recordou que aguarda resposta às questões que colocou sobre o incêndio da Linhaceira, sobre o IVA nas faturas dos SMAS - que estaria pronto há quatro semanas e ainda não foi presente na reunião - e sobre as despesas dos membros do Executivo e do Gabinete da Sra. Presidente. Manifestou mais uma vez a sua preocupação, esperando que não se confunda com a questão dos refugiados, face às informações de que algumas famílias que recentemente se instalaram em Tomar têm provocado alguns problemas, nomeadamente junto à estação, com ameaças a munícipes, situação que julga ser do conhecimento da PSP, e deve merecer atuação. No que se refere aos refugiados, disse que julga saber que a ANMP já se pronunciou e que é importante saber se a Sra. Presidente já tem alguma informação a dar ou se, tal como defendeu na última reunião, não seria assunto a debater pelo Executivo. Referiu ainda a situação dos esgotos no Carrascal, assunto que há muitos anos os preocupa, aqui falado várias vezes, independente do Lar de São José cujos esgotos se encaminham pela serração. Disse que há ali problemas complicados e gostava de saber o que a Sra. Presidente tem a dizer sobre isso. Salientou que, hoje, estava à espera de ter informação sobre a questão da afixação dos cartazes da Feira de Santa Iria, uma situação no mínimo incorreta. Recordou que, no ano passado já aconteceu terem sido colocados a torto



J. M.

e a direito, em qualquer sítio e sem respeito, e, este ano, ao que parece, foram colados em cima de cartazes de propaganda eleitoral. Disse que a Câmara devia ter o maior cuidado nesta matéria, por uma questão de respeito, independentemente do partido pois em democracia são todos iguais no tratamento. Disse que o que se constata é que, mais uma vez, quem andou a colar os cartazes da Feira de Santa Iria – não sabe que contrato tem e quem paga – os colou em cima de cartazes da campanha eleitoral e esperava ter sido aqui informado disso porque é aborrecido saberem disto por vozes no exterior e não lhes ser dada qualquer informação no local devido. Disse esperar que haja uma resposta capaz para isto porque se quem cola os cartazes continua a ser incapaz e a fazer o que quer e bem lhe apetece têm que por termo a isso e tratar de não haver mais problemas. Disse que é um assunto desagradável porque levam todos por tabela e o dedo é apontado à Câmara Municipal. Pessoalmente, já fez saber que não tem nada a ver com o assunto pois foi a Câmara quem os colocou e com certeza o Sr. Vereador Bruno saberá o que aconteceu pois terá sido quem mandou colocar os cartazes e se os mandou colocar com regras e as mesmas não foram tidas em consideração por quem os colocou é algo que gostava de ver aqui esclarecido.-----

A Sra. Presidente informou que a intervenção no Palácio Alvim não cabe na Intervenção Territorial Integrada estando a ser contemplada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano cuja pré-proposta a apresentar à CCDR, passível de poder ser alterada na fase de negociação com aquela entidade, trarão ao conhecimento dos Srs. Vereadores antes da reunião. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques perguntou se o PEDU não devia estar pronto até trinta de setembro. -----

A Sra. Presidente respondeu que o PEDU está pronto até trinta de setembro, está neste momento a ser carregado na plataforma e integra o Palácio Alvim. No que se refere ao saneamento no Carrascal, informou que decorrem os trabalhos de elaboração do orçamento dos SMAS para dois mil e dezasseis cuja prioridade vai ser Palhavã de Cima, para onde havia um projeto antigo, cujo valor está a ser atualizado e é possível que venha a ser objeto de divisão de custos entre os SMAS – saneamento e águas - e o Município – pavimentações. Deu conhecimento de que têm que reunir com a EPAL porque a conduta que ali passa é de fibra de vidro e qualquer intervenção com maquinaria pesada pode causar-lhe rutura. Disse que vai ser analisada com a EPAL a possibilidade de uma intervenção conjunta para que aquela empresa possa simultaneamente substituir a sua conduta dado que inviabiliza qualquer intervenção na zona. Referiu que é um projeto oneroso mas necessário pois têm aquela vergonha



g. 1

praticamente dentro da cidade e têm que a resolver, sendo intenção que seja a prioridade do próximo orçamento dos SMAS. Por outro lado, o saneamento do Carrascal e a substituição das condutas de água na zona da Soianda – ainda em fibrocimento e onde se verificam constantes ruturas – estão a ser consideradas e vão ficar dependentes do avanço ou não do projeto de Palhavã. No que se refere à colocação de cartazes, disse que foi recebida uma queixa da Comissão Nacional de Eleições, a que vai responder ainda hoje, relacionada com a colagem de cartazes da Feira de Santa Iria em cima de cartazes colocados nos locais fixados por edital para a propaganda eleitoral dos vários partidos políticos. Disse que a situação já está ultrapassada, que o candidato do partido em causa já reuniu consigo e com o vereador Bruno e também já falou com a pessoa que anda a colar os cartazes do evento, que vai apresentar um pedido formal de desculpas. Disse que tal não invalida que a Câmara apresente também as desculpas que são devidas e assuma a responsabilidade porque efetivamente não colou os cartazes mas adjudicou esse serviço. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que fica a aguardar as restantes respostas às questões e requerimentos que tem colocado. Referiu que as prioridades são da maioria mas não deixa de ficar satisfeito por, finalmente, Palhavã ser resolvido pois é um assunto que tem muitos anos e a pavimentação não poderia ser feita sem resolver a questão dos esgotos, até por causa das cotas soleiras das casas. Disse que a obra do Carrascal não é assim tão grande, pois o escoamento dos esgotos opera-se por gravidade, e a sua concretização resolveria o problema a muita gente. Recordou que o Carrascal tem ainda o problema da estrada que vai para o Lar, que é um perigo, onde há sítios em que dificilmente dois carros se cruzam, e qualquer intervenção na via obrigaria a uma intervenção nos esgotos. No que se refere à EPAL, disse que a empresa teve esse tempo da fibra de vidro e criou problemas com isso e, para a substituir, quase tem querido que lhe paguem por completo a conduta. Disse esperar que a Sra. Presidente seja bem-sucedida nas negociações pois com a EPAL nunca é e nunca foi fácil, vai ser complicado chegar a acordo apesar de já terem percebido que a fibra de vidro foi uma asneira. Disse que a intervir em Palhavã que seja por completo porque está quase dentro da cidade, tem sido uma lástima e é uma questão de que se fala há anos, até antes deste último QCA. Disse que a Sra. Presidente terá todo o apoio dos IpT embora haja outras situações prioritárias, como o Carrascal, onde há zonas em que as fossas sépticas estão cheias e não há hipótese de o carro ir despejá-las, constituindo um sério problema para quem tem ali a sua habitação. -----



J. M.

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu-se ao muro de suporte à saída de Tomar, junto ao Padrão, no final da Avenida Nuno Álvares Pereira, que supõe ser propriedade da REFER. Disse que a entrada de Tomar já é horrível e a saída também o é. Disse que já não fala nos cem dias e no parque nómada que a Sra. Presidente ficou de, até final do ano, dizer onde se localizaria, mas entende que, para evitar aquela miscelânea de cartazes, deve ser analisada com a REFER a possibilidade de intervir e dar alguma beleza àquele muro, por exemplo com azulejos evocativos da cidade, tão rica em história e em monumentos. Referiu que a situação não é favorável sequer para quem lá coloca cartazes porque não se percebe nada e acaba por não constituir qualquer divulgação e, no caso da Feira de Santa Iria, pela importância que tem, até fica mal colar ali cartazes totalmente desfasados. Disse que deixa o repto de diligenciar para que haja a possibilidade de aquele muro ser adornado com imagens evocativas ao concelho de Tomar.-----

O Sr. Vereador António Jorge referiu-se à Grande Rota do Zêzere, criada no sentido de dar mais-valia e hipótese de as pessoas poderem circular junto ao rio Zêzere, numa extensão de trezentos e setenta quilómetros, entre a Serra da Estrela e Constância. Disse que o Grupo de Amigos do rio Zêzere integra treze Municípios e Tomar não está presente, e defendeu que nunca é tarde para alterar a situação, tal como aconteceu no apoio ao Mundial de Wakeboard, porque é uma mais-valia, são dormidas, refeições e mais pessoas a conhecer o nosso Concelho. Disse que podíamos ser parceiros desta organização para que o concelho também seja contemplado com o conjunto de atividades que poderá originar nas margens do rio Zêzere.-----

A Sra. Presidente disse que, desde início, sempre foi assumido que o Município de Tomar não entraria com dinheiro para a organização do Campeonato Mundial de Wakeboard mas esteve, desde início, no processo da instalação da pista da modalidade, cujas torres já estão construídas. Referiu que estivemos sempre disponíveis para dar o apoio logístico necessário à prova, como veio a acontecer. Disse que correu muito mal em termos de organização e do apoio logístico que nos foi solicitado. Informou que nos foi pedido que assegurássemos a deslocação dos atletas do aeroporto de Lisboa, sendo que, no primeiro dia, um avião chegava às oito e trinta e outro às dez horas. Fizemos deslocar o autocarro, com cinquenta e dois lugares, e às dez e trinta trouxe uma pessoa. Disse que a organização foi questionada sobre quem eram as pessoas porque qualquer um podia dirigir-se ao autocarro e o motorista não sabia quem devia trazer, devia ter lá alguém da organização a coordenar, mas tal não se verificou. Disse que o autocarro deveria regressar à tarde mas não regressou porque não havia



garantias que tivesse passageiros para transportar. Tendo em conta que, na altura, este assunto deu alguma celeuma faz questão de clarificar, mais uma vez, que Tomar não entrou com dinheiro para o evento porque não se realizou no nosso Concelho mas deu apoio logístico. No que se refere à rota do Zêzere, referiu que uma das pistas de wakeboard está instalada nos Montes e é sinal que estamos integrados na Rota do Zêzere, mas para que firmemos uma adesão, estabelecamos um protocolo, a aprovar em reunião de Câmara, terá que ser explicado o que é que está subjacente à referida Rota e de que forma é que Tomar pode participar e dela usufruir. Disse que não há uma adesão formal mas o assunto está a ser trabalhado. -----

O Sr. Vereador António Jorge disse que só sabe o que lhe chegou através da imprensa regional e, objetivamente, Tomar não está nos treze municípios que são referidos e se lhe surgem dúvidas é este o lugar certo para obter esclarecimento. Disse que a pista do wakeboard poderá efetivamente fazer parte da Rota mas a informação é pouca e o que chega é que Manteigas, Covilhã, Guarda, Fundão, Pampilhosa da Serra, etc., até Constância, estão enquadrados na Grande Rota do Zêzere, nos amigos daquele rio. Disse que não pretendeu chamar aqui o assunto do wakeboard pois sabem que está ultrapassado mas sim alertar para a necessidade de captação de mais-valias até para valorização do próprio trabalho e esforço que vem sendo realizado pelo gabinete de que é responsável o Vereador Bruno, para valorização de todos os produtos locais. Disse que se deve fazer tudo para captar mais gente para dormir, para fazer refeições, para realizar atividades, para conhecer o concelho pois andam aqui todos os dias, uns mais presentes, outros menos, e sabem que o Convento de Cristo recebe uma média de vinte autocarros por dia e poucos são os que descem à cidade. Disse que Tomar e o departamento de Turismo e Cultura têm que trabalhar no sentido de promover o turismo e o turismo de descer à cidade, têm que arranjar uma forma de inverter que aqueles que sobem ao Convento não venham à cidade, têm que ponderar que os autocarros fiquem cá em baixo e arranjar um mecanismo que possibilite às pessoas percorrer e conhecer um bocadinho da cidade, ter a noção do que é Tomar, deixar que, pelo menos um ou dois por cento dessas pessoas, tenham curiosidade e fiquem com vontade de voltar e de dormir em Tomar, nem que seja passados dois ou três anos. Acredita que é nesse sentido que têm que trabalhar pois é muito difícil captar indústrias e é nesta direção que têm que apontar quando se fala em turismo e se apela ao turismo. Disse que, por tudo isto, e pelo que leu na imprensa regional, a Rota é algo a que podem e devem aproximar-se. -----

A Sra. Presidente disse que têm diferenças concetuais e questionou qual é o turista que nos interessa, se aquele que vem em grandes quantidades, em excursões, está dez minutos no



Convento de Cristo e se vai embora, porque está apertado pelos timings das agências de viagens que constroem os percursos, ou o turista de família, que vem, come no restaurante, visita o Convento de Cristo e a Sinagoga, turista que, este ano, aumentou em Tomar. Afirmou que nem um nem outro devem ser desprezados mas defende que devem apostar mais no turista de família e no turismo cultural, aproveitando, por exemplo, a ligação a Fátima. Referiu que, hoje, o turista está de manhã em Fátima, à hora do almoço quer comer bem, por exemplo em Alcanena, e, à tarde, quer visitar património em Tomar. Por outro lado, disse, o turista das excursões tem que ser objeto de um trabalho junto das agências de viagens e recordou que, por duas vezes, numa operação de charme, recebemos em Tomar operadores turísticos numa tentativa de as agências contemplarem nos seus itinerários mais tempo em Tomar. Disse que tal não invalida a outra questão que o Sr. Vereador abordou, e bem, de os autocarros pararem cá em baixo, como aliás decorre de uma proposta apresentada pelos vereadores do PSD, e que está a ser trabalhada no âmbito do PEDU. Disse que tudo isto devia ter sido pensado aquando das obras da envolvente ao Convento de Cristo as quais não permitem a alteração do percurso dos autocarros, foram executadas para os autocarros virem descarregar as pessoas e saírem daqui para visitar outros locais, como a Batalha e Alcobaça, e almoçar na Nazaré. Disse que há um conjunto de targets de turistas que têm que trabalhar sendo que aquele que, em seu entender, lhes interesse é o turista que fica uma, duas ou três noites, e a ligação a Fátima é uma porta de entrada. Disse que a ligação a Fátima tem que ser fortificada no sentido de quem lá fica vir também a Tomar, temos que apostar claramente na divulgação de Tomar em Fátima pois a verdade é que não temos lá um único cartaz ou outdoor. No que se refere à Rota, disse que uma coisa que aprendeu nestes quase dois anos de mandato é que, às vezes, o Município adere a determinadas coisas só para dizer que aderiu e, depois, aquilo espremido dá pouco. Disse que, agora, primeiro dizem o que é que o Município pode ganhar em aderir e, então sim, se for vantajoso para o Município, aderimos. Deu como exemplo a Cimeira de Córdoba sobre o turismo judaico, onde participou e de que presta informação no primeiro ponto da ordem do dia, de onde veio com a sensação de que vai dar em nada. Se calhar, disse, deviam utilizar o tempo que têm naquilo que dá frutos mais do que naquilo que faz flores. Referiu que era muito bom aparecerem na comunicação social como estando mas, se não tirarem nada daí para que é que desperdiçam tempo. Contudo, disse, nada está decidido e o assunto está em análise, têm que analisar bem em que é que isso contribui para o desenvolvimento do nosso concelho e como é que o Município e os privados se podem organizar para retirar mais-valia dessa adesão.-----



O Sr. Vereador Pedro Marques disse que é importante que discutam isto mas a verdade é que discutem e, depois, cai tudo em saco roto porque não cimentam as coisas. Recordou que, aquando da obra da envolvente ao Convento de Cristo, os eleitos dos IpT no Executivo ficaram quase a falar sozinhos quando não se mostraram favoráveis ao parque de estacionamento de autocarros lá em cima, muito menos com o percurso de sentido único que estava definido pois, assim, os autocarros sobem ao Convento, ficam ali, saem para apanhar o IC9 e acabou. Voltou a lembrar que todas estas questões foram abordadas no Plano Estratégico da Cidade e disponibilizou-se, mais uma vez, para arranjar um exemplar do documento, caso a Sra. Presidente não o encontre, para ser fotocopiado e distribuído aos vereadores, para que se analise pois tem quase vinte anos e esteve sempre na gaveta. Disse que é pena que, periodicamente, não discutam estes assuntos entre os eleitos e a sociedade civil – na altura, o documento foi feito com intervenção das entidades com peso no concelho e foi aprovado quase por unanimidade na Assembleia Municipal - para cimentarem as coisas e definirem formas de atuação. A ligação a Fátima, por exemplo, há muito que é falada mas de concreto nada existe, não temos nada em Fátima que aponte para o Convento de Cristo e potencie esta ligação do Convento de Cristo, da Festa dos Tabuleiros, do culto ao Espírito Santo, e até do Museu da Festa, e por Fátima passa muita gente. Referiu que, como a Sra. Presidente disse, e bem, são os operadores turísticos que, numa primeira linha, organizam os itinerários e não podem esquecer-se de que programam as suas atividades com mais do que um ano de antecedência, que os contatos não dão frutos de um ano para o outro. Defendeu que devem cimentar estas discussões, e promovê-las, porque senão ficam sempre a falar no assunto, a dar opiniões, mas é tudo esquecido e de concreto nada avança. Entende que é fundamental que este assunto seja objeto de uma Assembleia temática, onde se defina o procedimento e a forma de alcançar os objetivos, para depois procurarem o know-how onde ele existe – e no IPT existe algum, não é por acaso que tem a gestão turística e cultural, obter colaboração, cimentar as coisas e promovê-las. Disse que se fala constantemente de turismo mas constatam que, de facto, não estão a aproveitar aquilo que o nosso património natural e construído lhes dá, porque não assumem por inteiro aquilo que dizem e qual o caminho a seguir, e têm que seguir um caminho. Concorda em absoluto que os autocarros fiquem cá em baixo e, na altura, a proposta já foi essa e não teve andamento, e acha que é altura de não perder muito tempo e de avançar claramente com medidas que tragam alguma coisa ao concelho. Disse que o Museu da Festa dos Tabuleiros, por exemplo, não pode ficar por aquele espaço, porque é curto, e que é fundamental ter um roteiro turístico na cidade, um parque de estacionamento de autocarros cá



[Handwritten signature]

em baixo, onde podem vir até a equacionar um quiosque ligado ao turismo para receber quem chega. Recordou que, quando se discutiu o parque lá em cima foram apresentado números quase de cinquenta por cento de pessoas que ficam nos autocarros, porque não estão interessados em visitar o monumento ou já o visitaram, e, se estivessem na cidade, com um roteiro turístico, podiam ir à Sinagoga, ao museu, passear ou animar o comércio. Se calhar, tal como disse o Vereador António Jorge até voltavam com a família para uma visita diferente daquela que permite uma excursão. Disse que isto é importante e que não queria que isto caísse, mais uma vez, em saco roto. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que, pelo menos para fins estatísticos, para ser considerado turista tem que dormir no local e tomar pelo menos uma refeição, e o que a Sra. Presidente estava a catalogar como turista era um passante. Disse que, se calhar, Tomar tem excesso de passantes e poucos turistas, e que é isso que é preciso analisar, merecendo a promoção de uma Assembleia temática o acordo dos vereadores do PSD pois entendem que este, como outros assuntos, devem envolver mais autarcas. Disse que é legítimo que a Sra. Presidente não queira a Grande Rota do Zêzere, e não vai colocar isso em causa, mas é também legítimo que os vereadores do PSD entendam que não é correta a sua visão estratégica para o concelho de Tomar, que, para ser sincero, até hoje não perceberam qual é. Disse que um dos motivos porque já devia ter sido agendada a proposta de constituição do gabinete do Portugal 2020 é precisamente o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Tomar que a Sra. Presidente resolveu colocar na gaveta, assumiu perentoriamente na reunião de Câmara que não o faz e, portanto, estão a ser governados por caprichos. Parece-lhe que a Sra. Presidente está aqui a dizer que esta Rota do Zêzere espremida não dá nada, e, se calhar o assunto merecia uma análise mais cuidada porque há catorze municípios que aderiram e Constância, por exemplo, governada pela CDU, onde termina o rio Zêzere, diz que, para além da possibilidade de ser percorrido a pé este percurso foi projetado e concretizado para também poder ser realizado de bicicleta e de canoa. Podia ser mais um potencial que podiam trazer para Tomar, e é algo que merecia uma discussão dentro do Plano de Desenvolvimento Estratégico para Tomar, ouvindo as várias entidades do concelho, os empresários, os clubes e as associações, o que até agora não foi feito. Disse que é legítimo que a Sra. Presidente assim queira - também vai ser julgada daqui a dois anos perante as suas opções - e entenda que, se calhar, espremido não dá nada, e confunda com o wakeboard, que é uma questão distinta, apesar de poder ser um complemento ao potencial da Rota. Referiu-se às visitas a Ponferrada e perguntou o que é que deram até agora, recordando que já requereram informação sobre

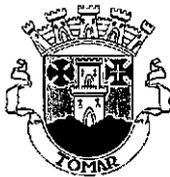


[Handwritten signature]

isso mas ainda não obtiveram nenhuma resposta, sendo que a única que assim pode ser considerada surgiu da associação, num artigo de jornal. Disse que até pode ser bom o que vier dessas idas de toda a corte deste Palácio D. Manuel, como aqui foi intitulado, a Ponferrada mas até agora não sabem o que é, pode ser bom mas gostavam de ter respostas. Disse que é legítimo que a Sra. Presidente considere que a Rota do Zêzere pode não dar em nada mas seria conveniente trazer isso à discussão com os vários empresários do concelho os quais, se calhar, podem dar alguns contributos, como aqui fez o vereador António Jorge, também empresário, a partir do que sabe e vê no dia-a-dia. Por último, referiu-se a uma notícia que viu na Rádio Cidade de Tomar sobre a Carta Educativa do Concelho de Tomar, onde é dito que a mesma vai ser substituída por um projeto educativo que será aplicado a todos os municípios do Médio Tejo, e pediu que lhe explicassem isto pois é algo inovador. Disse que esta Câmara é inovadora, até mudou a data do aniversário dos Bombeiros para data diferente, e esta pode ser outra inovação. -----

A Sra. Presidente disse que era importante que os Srs. Vereadores lessem os documentos e estivessem mais atentos. Primeiro, porque foi constituído o Tomar 2020. Segundo, porque sempre disse que o Município não ia gastar dinheiro naquilo que não era necessário, que não vale a pena estar com grandes estudos até porque, como o Vereador Pedro Marques está sempre a dizer, e bem, existe um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho que precisa de ser atualizado e foi isso que foi trabalhado naquilo que é obrigatório apresentar no âmbito do PEDU. Disse que não fazem a legislação e não decidem aquilo a que as Municípios se podem candidatar e que, às vezes, também convém ter um bocadinho de história pois a Rota do Zêzere não começou a ser trabalhada agora, é um projeto que vem sendo trabalhado há cinco ou seis anos. Disse que concorda que há assuntos que podem ser debatidos em assembleias municipais temáticas e lembrou que foi criada uma Comissão Municipal de Economia e Turismo e seria até interessante essa comissão propor a marcação de uma Assembleia extraordinária sobre este assunto. -----

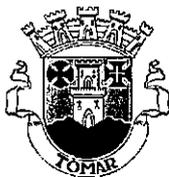
O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que o Sr. Vereador João Tenreiro tem que começar a ter mais atenção nas reuniões da Câmara pois já falou aqui sobre este assunto e não lhe parece que tenha sido há quinze dias, quando esteve ausente. Disse que as cartas educativas são um instrumento que teve uma importância num determinado momento, há uma década atrás, e serviram essencialmente para prever construção, para tentar, de alguma forma, regular e prever a construção de novos edifícios escolares. No caso de Tomar, disse, infelizmente, a carta educativa era um grande exercício de ficção, como qualquer pessoa que a



[Handwritten signature]

leia consegue perceber e para que muitos, como é o seu caso, chamaram a atenção na altura, e serviu para tentar justificar disparates que foram cometidos. Disse que, atualmente, as cartas educativas não vão desaparecer, a menos que o Governo legalmente o determine, mas são um instrumento secundário porque não estamos em fase de construção. Nesta fase, em Tomar, haverá um caso ou outro, como o Centro Escolar da Linhaceira que vai agora ser construído, e o Jardim Escola Raúl Lopes, que precisa de uma remodelação profunda, e que é claramente uma das falhas que não se consegue perceber como é que se fizeram coisas claramente desnecessárias ou excessivas e se deixou aquele edifício, com quase trezentas crianças de pouca idade a terem que subir para um primeiro ou segundo andar e a aceder a salas por WCs. Disse que o passo seguinte, acordado no âmbito da CIMT, entre os eleitos com responsabilidades na área da educação, com alguma responsabilidade do Município de Tomar nessa proposta, são os projetos educativos municipais. Disse que o Sr. Vereador Tenreiro tem mesmo que ter mais atenção porque a anterior vereadora Luísa Oliveira chegou a falar nesse assunto e, de alguma forma, a propor também isso. Informou que Tomar já está a trabalhar neste projeto para que, ultrapassada a fase de construção, do simples edifício, tenhamos num documento o planeamento, a projeção daquilo que são os cursos, os currículos, as diversas ofertas e tentemos de certa forma coordenar o que existe no terreno. No caso de Tomar, coordenar os planos educativos dos agrupamentos de escolas, da Escola Profissional, do Centro de Formação Profissional, do IPT e da escola privada que temos, tentando ter um documento planificador também ao nível intermunicipal porque, por falta de determinadas ofertas noutros concelhos, como Ferreira do Zêzere, por exemplo, haverá sempre alunos a estudar em Tomar e é preciso planificar necessidades de transporte, entre outras. Disse que o objetivo é ter um documento regional que seja chapéu para tudo isso e que este projeto educativo intermunicipal vai ser objeto de uma candidatura da CIMT, na qual todos os municípios estão comprometidos. Daí, disse, nenhum desses municípios estar a avançar com a revisão da carta educativa, até porque, como explicou, ela não é muito necessária, vai ser um capítulo, um anexo, um componente do projeto educativo municipal. Disse que este projeto é muito mais vasto e muito mais ambicioso que a carta educativa e vai coexistir ao nível municipal e ao nível intermunicipal. -----

A Sra. Presidente agradeceu a presença dos alunos do décimo primeiro I do Agrupamento de Escolas Templários e da docente que os acompanha, aproveitando ainda para, publicamente, lhe agradecer a oferta que fez à Biblioteca Municipal do seu último livro sobre o Parlamento Europeu. -----



O Sr. Vereador João Tenreiro disse que o Sr. vereador Hugo Cristóvão gosta muito quando o chama à atenção nas reuniões de Câmara para alguma situação, parecendo até que estão numa Assembleia Municipal, o que é normal dado que está habituado a ser um tribuno, e daí ter que lhe dar os parabéns porque conseguiu ter uma retórica muito boa e, para responder a uma questão muito simples, a que não respondeu, conseguiu dar uma resposta ... para ir daqui a Fátima, foi ao Porto, viajou até Viseu e Coimbra, passou por Tomar e dirigiu-se a Fátima, sem responder. Disse que é a isto que se chama turismo, neste caso passante. Disse que não cometeu distração, viu uma notícia da Rádio sobre declarações do Sr. Vereador, que terá dito que a carta educativa ia ser substituída por um projeto educativo e daí a sua dúvida se o Sr. Vereador Hugo, com todas as qualidades que tem e que sabe lhe reconhece, teria tido a habilidade de conseguir alterar um decreto-lei, no caso o Decreto-Lei número sete barra dois mil e três, de quinze de janeiro, que aborda nomeadamente as cartas educativas, o qual não foi revogado, continua em vigor, e diz concretamente o que é uma carta educativa, agora considerado um instrumento secundário. Disse que não vê ali nada disso, antes que a Carta Educativa é, ao nível municipal, um instrumento de planeamento e de ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. Disse que o Sr. Vereador tem a área da educação e não pode - fica-lhe muito mal - dizer que a carta educativa é um instrumento secundário. Recordou uma recomendação que foi apresentada pelos Vereadores do PSD em vinte e oito de abril de dois mil e catorze, sobre a monitorização da Carta Educativa, que leu, e recordou que, até hoje, a mesma não teve concretização, parecendo que é o Sr. vereador Hugo quem está distraído. Leu ainda um requerimento que apresentaram a dois de fevereiro do corrente ano, no seguimento de uma reunião do Conselho Municipal de Educação, que coloca um conjunto de perguntas na sua área de atuação que faz questão de lhe devolver pois já deviam ter sido respondidas e não foram. Disse que este projeto educativo deve existir mas não deve ser descurada a Carta Educativa. Chamou a atenção que o projeto é feito no âmbito da CIMT e alertou para a predominância de Abrantes no âmbito do Médio Tejo, e para a possibilidade de podermos perder o comboio também em matéria educativa, o que não querem que aconteça.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que o Sr. Vereador está distraído porque respondeu à questão e explicou o que é o projeto educativo municipal e o que estamos a fazer, bem como informou que a revisão da Carta Educativa está suspensa, conforme foi acordado entre todos



[Handwritten signature]

N.º 03 - INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "Não possuindo o Município de Tomar, regulamento municipal para o exercício da atividade de venda ambulante, a mesma tem sido ao longo dos anos regulada através de deliberações de câmara avulsas. A publicação do decreto-lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, vem introduzir alterações significativas no quadro legislativo que não se coadunam com a inexistência de um regulamento, em matéria de comércio a retalho não sedentário. -----

De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, nos termos do artº 98º, deve a câmara municipal no dia 28 de setembro, deliberar iniciar o procedimento para elaboração do regulamento municipal administrativo para o exercício de comércio a retalho não sedentário. -----

Mais delibera, as associações representativas do setor dos interesses em causa, nomeadamente feirantes, comerciantes e consumidores apresentarem contributos, para a elaboração do regulamento sob a forma eletrónica." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou iniciar o procedimento para elaboração do regulamento municipal administrativo para o exercício de comércio a retalho não sedentário nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:-----

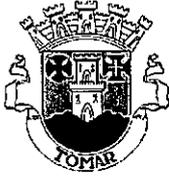
N.º 04 - INFORMAÇÃO PÚBLICA DO CONTEÚDO DAS REUNIÕES-----

Foi presente a seguinte proposta dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata: "A informação é vital para que haja um conhecimento mais correto e atualizado do que se passa em qualquer organização.-----

Os órgãos de comunicação social recorrem, frequentemente, a diversas fontes institucionais para transmitirem determinadas notícias.-----

Contudo, será conveniente que essas fontes divulguem o que de facto ocorreu e não sirvam como difusores de uma determinada visão ou opinião.-----

Deste modo, a divulgação pública da informação relativa às reuniões da Câmara Municipal de Tomar deveria ser coerente com as decisões tomadas pelo conjunto dos Vereadores e não funcionar como meio propagandístico das mensagens que a Sr.ª Presidente da Câmara pretende projetar. -----



Tem-se vindo a constatar que ao longo deste mandato realizaram-se já várias reuniões do executivo, mas o Gabinete de Imprensa apenas tem vindo a divulgar aos órgãos de comunicação social e no sítio internet da autarquia determinadas informações sobre algumas dessas reuniões, omitindo as propostas, recomendações, requerimentos ou outros assuntos levantados, assim como posições, sobre as decisões apresentadas, pelos Vereadores sem funções governativas. -----

Ora, não é correto que sejam usados os recursos da autarquia para a divulgação da informação apenas para salientar os aspetos que a Sr.^a Presidente da Câmara pretende publicitar. Os munícipes de Tomar têm o direito de conhecer as conclusões emanadas do órgão executivo, incluindo as propostas apresentadas por todas as forças políticas e eleitos, visando uma maior transparência do que é discutido e decidido pelo executivo camarário.-----

Considerando todos estes propósitos, propomos que doravante os Serviços da Câmara passem a divulgar as diversas deliberações de todas reuniões, incluindo as matérias debatidas antes da Ordem do Dia e na Ordem de Trabalhos.-----

Deste modo, os vereadores do PSD apresentam a seguinte proposta de deliberação: -----

- a) A Câmara Municipal Tomar delibera que doravante a informação pública dos conteúdos das suas reuniões passe a ser feita com a publicação no sítio da Internet do Município, das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Executivo Municipal, nos períodos antes da ordem do dia e na ordem de trabalhos, expondo todas as posições assumidas pelas diversas forças políticas e eleitos, assim como as suas propostas e recomendações que apresentam;-----
- b) Que seja criado na página do Executivo Municipal uma fonte de acesso à informação, relativo às propostas e recomendações apresentadas pelos vereadores sem funções governativas na Câmara Municipal; -----
- c) Que as reuniões de Câmara fiquem acessíveis em formato áudio, no sítio da internet do Município."-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou rejeitar a referida proposta, por maioria de quatro votos contra e os votos a favor dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 05 - FEIRA DE SANTA IRIA 2015 – TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO-----



[Handwritten signature]

Foi presente a informação n.º 318/2015 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal a seguinte proposta: "Em virtude de se ir realizar, no período de 16 a 25 de outubro, mais uma edição da Feira de Santa Iria, impõe-se a necessidade de condicionar o trânsito em algumas artérias da nossa cidade. -----

Assim, propõe-se que seja deliberada a elaboração do indispensável Edital contemplando as seguintes situações: -----

1-Condicionamento e/ou alteração ao trânsito:-----

1.1. Várzea Grande e Av. General Bernardo Faria; -----

1.2. Avenida António Fonseca Simões; -----

2. Zona reservada a trânsito de peões no arruamento defronte ao Tribunal, bem como nas duas ruas laterais ao mesmo, exceto viaturas prioritárias, entre as 00h00 do dia 11 e as 24h00 do dia 26 de outubro. -----

3. Circulação e estacionamento proibido na Avenida António Fonseca Simões (sentido Túnel-estação CP) entre as 07h00 do dia 15/10/2015 e as 16h00 do dia 26 de outubro, sendo a circulação em ambos os sentidos, efetuada na outra faixa de rodagem. -----

4. Estacionamento e circulação proibidos nos arruamentos circundantes à Praceta do Soldado Desconhecido. -----

5. O trânsito na Rua Coronel Luís António Aparício, realizar-se-á nos dois sentidos, sendo o estacionamento proibido, entre as 00h00 do dia 11 e as 24h00 do dia 26 de outubro. -----

6. Durante o período de decorrência da Feira de Santa Iria 2015, é apenas permitido o estacionamento de viaturas de apoio a todos os feirantes na faixa direita de rodagem da Av. António da Fonseca Simões, no sentido Túnel-Estação C.P, até 10 m do início do setor I (venda confeção). -----

7. Ficará ainda o trânsito condicionado, no dia 20 de outubro (dia de Santa Iria), das 09h30m às 12h30m, nas seguintes artérias: -----

Rua Santa Iria (cruzamento com a rua Carlos Campeão) -----

Igreja de Santa Maria dos Olivais-----

Avenida Hortas D` El Rei-----

Praceta Mário Nunes-----

Rua Manoel de Matos-----

Av. Ângela Tamagnini -----

Rotunda Raúl Lopes-----

Alameda Um de Março (sentido Norte/Sul, lado direito)-----



Rua Marquês de Pombal-----

Ponte Velha- Local de lançamento de flores ao Rio Nabão -----

8. Só será permitida a entrada de qualquer veículo, para efeito de abastecimento, na zona a que se referem os presentes condicionamentos de trânsito, no período compreendido entre as 07.00H e as 08.30H, salvaguardadas as devidas exceções.-----

9. O Trânsito ficará condicionado, das 00h00 do dia 06/10/2015 até às 24h00 do dia 13/10/2015, nos seguintes locais:-----

* Arruamentos limítrofes à Várzea Grande e correspondente placa central, bem como na Avenida General Bernardo Faria; -----

* Rua 10 de Agosto de 1385, do seu início (entroncamento com a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra) até à entrada da Estação Rodoviária.-----

10. Todas as infrações ao contido no presente edital em relação ao tráfego, serão penalizadas de acordo com o previsto no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94 de 3 de maio, com as devidas alterações posteriormente introduzidas e de acordo com o previsto no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 01 de outubro.”. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos. -----

O Senhor Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 06 – PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS – tarifário-----

Foi presente a informação n.º 5444/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal as tarifas de estacionamento nos parques de estacionamento cobertos da cidade, nos termos dos artigos 9.º e 11.º do regulamento em vigor. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manter as tarifas em vigor, salvo quanto ao valor do cartão de avença de substituição que passa a ter o custo de 10,00€ (dez euros), conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 07 - TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR – isenção de tarifas-----



Foi presente a informação n.º 5490/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção da cobrança de tarifas nos Transportes Urbanos de Tomar, nos dias 21 e 22 de setembro de 2015, bem como o despacho que sobre o assunto foi proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente n.º 2583/2015, de 23 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 08 - CEDÊNCIA DE CALÇADA À JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA -----

Foi presente a informação n.º 4877/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de 2m3 de calçada para colocação junto à Igreja de Santa Cita, conforme solicitado pela Junta de Freguesia de Asseiceira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de 2m3 de calçada à Junta de Freguesia de Asseiceira, com o custo estimado de 154,00€, acrescido de IVA à taxa legal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 09 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR -----

Foi presente a informação n.º 4916/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, com o custo de 223,00€. -----

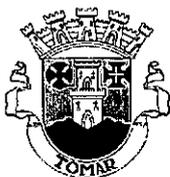
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 10 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA DE SABACHEIRA -----

Foi presente a informação n.º 4921/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de Sabacheira, com o custo de 226,00€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de Sabacheira. -----



[Handwritten signature]

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 11 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA DE SABACHEIRA -----

Foi presente a informação n.º 4915/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de Sabacheira, com o custo de 452,00€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de Sabacheira. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 12 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E BESELGA -----

Foi presente a informação n.º 5382/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de camião e retroescavadora à União das Freguesias de Madalena e Beselga, com o custo de 472,29€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do referido equipamento à União das Freguesias de Madalena e Beselga.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 13 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS-----

Foi presente a informação n.º 5466/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de equipamento à Junta de Freguesia de Olalhas, com um custo até 459,00€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência do equipamento à Junta de Freguesia de Olalhas, conforme solicitado.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 14 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS AO CIRE -----

Foi presente a informação n.º 4922/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de veículo pesado de mercadorias ao CIRE – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, para apoio a evento solidário a favor da instituição, com o custo de 130,00€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio prestado ao CIRE – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar. -----



J. A.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 15 - CEDÊNCIA DE GRADES AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO DE SANTA MARIA-----

Foi presente a informação n.º 5223/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de grades para o Baile de Gala que decorreu na Escola Secundária com 3.º Ciclo Santa Maria do Olival, com o custo de 32,94€.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou o apoio prestado ao Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 16 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS

Foi presente a informação n.º 5457/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de camião e retroescavadora ao Agrupamento de Escolas Templários, para remoção de entulho/terra na Escola Secundária Jácome Ratton, com o custo de 1848,00€.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de equipamento ao Agrupamento de Escolas Templários.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 17 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E COMBUSTÍVEL AO SPORT CLUB OPERÁRIO DE CEM SOLDOS-----

Foi presente a informação n.º 5433/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência dos equipamentos e combustível disponibilizados à organização do Festival Bons Sons 2015, com o custo total de 5.122,10€.---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos da Sra. Presidente autorizaram as referidas cedências e respetivos custos.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques requereu a prestação de informação clara sobre todos os apoios, financeiros e logísticos, concedidos ao Festival Bons Sons 2015, ou ao SCOCS para o referido evento, e respetivos custos.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 18 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO E PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO-----



[Handwritten signature]

REQUERENTE: Chavidomus – Sociedade de Edificações, Lda-----

Foi presente o processo n.º 518/2004, em nome de Chavidomus – Sociedade de Edificações, Lda, contendo as informações n.ºs 3992/2015 e 4044/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a certificação de operação de destaque de uma parcela de terreno com 4317,27 m² a efetuar no prédio sito em Maxial, União das Freguesias de Serra e Junceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1148 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 190, secção O, bem como a aceitação de caução a favor da Câmara Municipal mediante hipoteca sobre a fração H do prédio sito na Rua Everard, n.ºs 1, 1A, 1B, 3 e 5, artigo matricial n.º 6389 da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, inscrito na CRP de Tomar com o n.º 2040/19120412, matriz n.º 4520-P. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a certificação de destaque requerida, nos termos do n.º 4 do art.º 6.º do RJUE, e aceitar a prestação de caução a favor da Câmara Municipal de Tomar mediante hipoteca sobre o prédio supra identificado, nos termos do art.º 54.º do RJUE, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 19 - PARECER DE COMPROPRIEDADE – João Augusto Carvalho-----

Foi presente o processo n.º 554/EDIF/DGT/2015, referente ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Estrada da Madalena, Olheiros, Cem Soldos, inscrito na matriz predial sob o art.º 220, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de João Augusto Carvalho, com informações n.ºs 4033/2015 e 4051/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 220, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 20 - CEDÊNCIA GRATUITA DO CINETEATRO PARAÍSO-----

Foi presente a informação n.º 1371/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção do pagamento devido pela utilização do



[Handwritten signature]

Cineteatro Paraíso, no dia 16 de dezembro de 2015, conforme solicitado pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal do pagamento devido pela cedência do Cineteatro Paraíso, no valor total de 137,00€, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento de utilização do Cineteatro Paraíso de Tomar. -----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 21 – 5ª EDIÇÃO DO FESTIVAL VENS OUVIR OU VENS CURTIR – APOIO DOS BOMBEIROS -----

Foi presente a informação n.º 1284/2015 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção do pagamento devido pela prestação de assistência ao Festival Vens Ouvir ou Vens Curtir, no dia 19 de setembro de 2015. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro do pagamento dos custos inerentes ao apoio prestado ao evento pelos Bombeiros de Tomar, no valor total de 160,07€.-----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 22 - PARECERES DE COMPROPIEDADE – HOMOLOGAÇÃO DO PARECER JURÍDICO 121/2015, DE 21 DE AGOSTO -----

Foi presente o despacho da Sra. Presidente submetendo ao Executivo Municipal a homologação do parecer jurídico n.º 121/2015, de 21 de agosto, sobre a necessidade dos Ilustres Advogados e Solicitadores, quando em representação dos seus clientes nos pedidos de certificação de compropriedade/ampliação do número de compartes em prédio rústico, deverem ser instados a entregar obrigatoriamente procuração para os indicados fins. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o parecer jurídico n.º 121/2015, de 21 de agosto. -----
Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos senhores vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os senhores vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge declararam para a ata que não lhes parece ser da competência do Executivo Municipal a homologação do parecer jurídico apresentado. Não obstante, não querem votar



J. A.

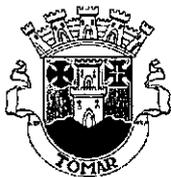
contra mas também não querem corroborar com uma apreciação que aborda a questão de forma aligeirada e que, à partida, entendem não estar correta. Daí, optarem pela abstenção. Entendem que estão perante um ato administrativo com implicações ao nível da esfera patrimonial de outras pessoas e que os advogados não podem requerê-lo sem exhibir título legítimo que os habilite a fazê-lo, podendo a Câmara Municipal vir a ser chamada à responsabilidade pela sua atuação nesta matéria. Têm verificado que, até aqui, há solicitadores e advogados a requerer o parecer de compropriedade em nome de outrem, sem que demonstrem essa qualidade, posição que não está de todo correta. Com base neste parecer, pode o advogado ou solicitador, em nome de um interessado, requerer à Câmara Municipal autorização para que um prédio possa ser de vários coproprietários, sem apresentar título que o habilite a fazê-lo, e a Câmara emite essa autorização a requerimento de alguém que não apresenta um documento a legitimar até o próprio interessado. O parecer prestado enquadra-se na chamada Legis Art do jurista que o emitiu, a quem caberão as consequências que possam dele vir a resultar. A partir das declarações aqui expressas os serviços poderão reanalisar a questão, até para salvaguarda dos membros do órgão executivo que decidem. ----

O senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques declarou para a ata que se abstém relativamente ao parecer objeto de homologação cuja posição não corrobora inteiramente. Trata-se de uma questão que vem levantando há uma série de anos pois há muitos processos que acabam em tribunal (partilhas, por exemplo), até em situações em que o advogado ou solicitador interveio habilitado pelo cabeça de casal da herança mas sem o conhecimento dos outros herdeiros. Alertou para o facto de se tratar de uma matéria que pode ser muito complicada, especialmente quando os herdeiros não se entendem e defendeu que deve ser apanágio de um órgão administrativo como a Câmara Municipal a análise cautelosa das diferentes situações. Os serviços municipais devem ter o maior cuidado a analisar as pretensões, procurando saber o que está em causa, se necessário falando com as pessoas, identificando os coproprietários e chamando-os em caso de dúvida. Informou que há municípios que obrigam à apresentação de uma procuração de poderes especiais para o efeito, nalguns casos até subscrita por todos os coproprietários. Considerou que as cautelas nesta matéria são absolutamente necessárias. -----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 23 – ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR – ANO LETIVO 2015/2016 -----

Foi presente, para conhecimento, o documento de apresentação do novo ano letivo da Escola Profissional de Tomar. -----



[Handwritten signature]

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 24 - CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO APOIADO – Lista ordenada definitiva -----

No seguimento da deliberação de 3 de agosto de 2015, foi presente a informação n.º 1133/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a homologação do Executivo Municipal a lista ordenada definitiva do concurso por inscrição para atribuição de habitações municipais na modalidade de arrendamento apoiado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar a lista ordenada definitiva do concurso por inscrição para atribuição de habitações municipais na modalidade de arrendamento apoiado, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 25 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A ALUNOS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – Ensino Secundário – Subsídio de Transporte – 2ª fase -----

Foi presente a informação n.º 1131/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aprovação da atribuição de subsídio de transporte a dois alunos do ensino secundário, nos termos nela constante. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição de apoio excecional de transporte escolar aos alunos do ensino secundário identificados na informação supra referida, autorizando o pagamento do valor da vinheta mensal à Rodoviária do Tejo, SA, no montante anual estimado de 527,63€, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DO COMPLEXO DESPORTIVO (SALA DE FORMAÇÃO E TANQUE 1) – Associação de Natação do Distrito de Santarém -----

Foi presente a informação n.º 1063/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita da sala de formação e pistas do tanque 1 do Complexo Desportivo Municipal, para realização de curso de árbitros e juizes de natação, nos dias 12, 13 e 19 de setembro de 2015, conforme solicitado pela Associação de Natação do Distrito de Santarém. -----



[Handwritten signature]

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Natação do Distrito de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor total de 271,20€ (IVA incluído), nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 27 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DOS COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPORTIVO – Federação Nacional de Squash-----

Foi presente a informação n.º 988/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita dos courts de squash do Complexo Desportivo Municipal, para realização de estágio da Seleção Nacional de Squash Sub-17, nos dias 17 e 18 de outubro de 2015, conforme solicitado pela Federação Nacional de Squash.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Federação Nacional de Squash do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 40,95€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 28 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Club de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 1064/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita de 4 campos de ténis, para realização do IV Torneio Tomar Jovem, nos dias 12 e 13 de setembro de 2015, conforme solicitado pelo Ténis Club de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Club de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor total de 96,00€ (IVA incluído), nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 29 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Club de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 2512/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita de 4 campos de ténis, para realização do IV Torneio Nabão, nos dias 19 e 20 de setembro de 2015, conforme solicitado pelo Ténis Club de Tomar.-----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Club de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor total de 96,00€ (IVA incluído), nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 30 - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Associação de Pais do Jardim de Infância de Tomar-----

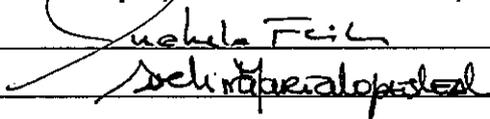
Foi presente o ofício n.º 44/14_15 da Associação de Pais do Jardim de Infância de Tomar, a solicitar a utilização gratuita do comboio turístico no dia 14 de setembro de 2015, no âmbito das visitas lúdico-pedagógicas programadas para as férias de verão do respetivo ATL.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de cedência de 110 bilhetes para o comboio turístico à Associação de Pais do Jardim de Infância de Tomar, no valor total de 110,00€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---


Avelina Maria Lopes Leal